

ATAS DO CONGRESSO

VOLUME II

coordenação Rui Centeno | Rui Morais | Teresa Soeiro | Daniela Ferreira
organização Câmara Municipal Santa Maria da Feira | Museu Convento dos Lóios



CONGRESSO
INTERNACIONAL

CULTURA
CASTREJA

IDENTIDADE E TRANSIÇÕES

FICHA TÉCNICA

Título Cultura Castreja: Identidade e Transições

Atas do Congresso Internacional Cultura Castreja: Identidade e Transições

Volumes Vol. I e II

Coordenação Rui Centeno; Rui Morais; Teresa Soeiro e Daniela Ferreira

Edição Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2020

Impressão Gráfica Lda.

Deposito legal: 477062/20

Tiragem 245 exemplares

*Os textos são da responsabilidade dos autores.

FICHA TÉCNICA DO CONGRESSO INTERNACIONAL CULTURA CASTREJA: IDENTIDADE E TRANSIÇÕES

Data 15 > 17 novembro 2018

Organização Câmara Municipal Santa Maria da Feira | Museu Convento dos Lóios

Apoios

CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Museu do Pobo Galego

Outros Apoios

Fábrica de Papel de Ponte Redonda

Comité Executivo (Congresso)

Professor Doutor Rui M. S. Centeno (UPorto-FLUP / CITCEM)

Professor Doutor Rui Morais (UPorto-FLUP / CECH UC)

Dra. Ana José Oliveira (CM-Feira / Museu Convento dos Lóios)

Professora Doutora Teresa Soeiro (UPorto-FLUP / CITCEM)

Secretariado

Dra. Daniela Ferreira (UPorto-FLUP/ CITCEM)

Dra. Ana Celina Marques (CM-Feira / Museu Convento dos Lóios)

Eng.ª Maria Manuel Gonçalves (CM-Feira / Museu Convento dos Lóios)

Dr. Pedro da Silva (UnIBAS / CITCEM)

SUMÁRIO

Actas do Congresso Internacional Cultura Castreja Identidade e Transições - Volume II

Conferência de Abertura

O Setentrião da Lusitânia e o Meridião da Galécia: Geografia, Cultura e Etnicidade Em Transição.	7
En la periferia del noroeste peninsular. Particularidades del hábitat castreño construido del oeste de Asturias.	35
“Civitates” y fronteras en el entorno del Duero (Zamora).	67
“NW Castros Culture” and its contrast with protohistorical communities of the late iron age in the region of los montes de León and connected territories (Orense, León, Zamora and Bragança). An analytical approach on the iron age settlements in the montes the León. Archaeology and historiography contrasted.	85
Identificações, símbolos e alteridadess dos callaeci da antiguidade: a caetra do labirinto e as suas representações.	111
Contributo das arqueociências para a investigação da cultura castreja, no último quartel do século XX.	129
Agricultura no final da Idade do Ferro e Romanização no Noroeste peninsular.	151
La caza en la Cultura Castreña del noroeste Ibérico: la información Zooarqueológica.	175

Workshop

A investigação sobre cerâmica castreja no Norte de Portugal.	199
Tradicions na cerâmica dos castros da Galiza, ao longo do tempo e do espazo. A percepción dende unha liña de investigación interdisciplinar.	229
Contrastes y similitudes entre dos poblados fortificados galaicos. La cerámica.	259
Santo Estêvão da Facha: a (a)ventura de aprender em comum.	283

Cerâmicas da Idade do Ferro do Crastoeiro, Mondim de Basto (Vila Real).	301
Cividade de terroso. Evolução da produção cerâmica.	317
Castro de Monte Mozinho e necrópole de Monteiras (Penafiel): a cerâmica castreja em época romana.	337
O Castelo de Gaia: a cerâmica dos contextos castrejos.	353
Cerâmica da Idade do Ferro do Castro de Ovil (Espinho, Aveiro).	371
A cerâmica da Idade do Ferro do Castro de Salreu (Estarreja, Aveiro). Estudo preliminar.	391

Conferência de Encerramento

La implantación romana en Gallaecia: transformaciones y nuevas identidades.	405
--	------------

**VIRGÍLIO
HIPÓLITO
CORREIA**

O SETENTRIÃO DA LUSITÂNIA E O MERIDIÃO DA GALÉCIA: GEOGRAFIA, CULTURA E ETNICIDADE EM TRANSIÇÃO.¹

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA

Museu Monográfico de Conimbriga, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos UC

virgiliocorreia@mmconimbriga.dgpc.pt

RESUMO

É feita uma apreciação global dos principais aspectos da ocupação da Idade do Ferro e do período romano entre o Douro e o Tejo, na óptica da definição das fronteiras meridionais da “cultura castreja”.

Conclui-se pela existência, no período pré-romano, de uma área cultural que é muito mais vasta, devendo-se à intervenção romana o desenvolvimento de alguns fenómenos arqueológicos muito específicos, que a historiografia tem tomado como essenciais na definição dessa cultura.

PALAVRAS CHAVE

Idade do Ferro, Lusitânia, Galécia, Arquitetura doméstica, Ourivesaria.

ABSTRACT

A global assessment of the main aspects of the Iron Age and Roman occupation of the region between the Douro and the Tejo rivers is made, aiming at the definition of the Southern borders of the “castro’s culture”.

One concludes on the existence, in pre-Roman times, of a much wider cultural area, and on the Roman intervention causing the development of some specific archaeological phenomena, which have historically been seen as essential in the definition of that culture.

KEYWORDS

Iron Age, Lusitania, Galaecia, Domestic Architecture, Jewelry.

¹Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. | Research Developed under the Project UID/ELT/00196/2013, funded by the Portuguese FCT – Foundation for Science and Technology.

1 INTRODUÇÃO: OBJECTIVOS E LIMITES DA INDAGAÇÃO

O presente texto pretende resolver um problema: a contradição entre duas afirmações seguintes na Geografia de Estrabão, que dizem:

i) Geog. 3.3.2: “Os Calaicos não só forneceram o epíteto do homem que derrotou os Lusitanos como também deram lugar a que, agora, a maioria dos Lusitanos é chamada de Calaicos.”

ii) Geog. 3.3.3: “Vetões, Vaceus e Calaicos são as tribos bem conhecidas; não vale a pena nomear o resto, dada a sua pequenez e escassa reputação. Mas, contrariamente aos homens de hoje, todavia, alguns chamam também a estes povos Lusitanos.”

Este problema, que tem uma expressão tradicional na problematização do entendimento destas sociedades (Almagro 2018, 437-470) e ao qual o presente autor já se referiu noutros contextos (v.g. Correia 2001, 214-215) pareceu poder ser de importância central para o tema do congresso reunido em Santa Maria da Feira em Novembro de 2018: “Cultura castreja: Identidade e transições”, na medida em que obriga a abordar, pelo menos, quatro aspectos essenciais, a saber:

a) Como se definia a fronteira meridional da entidade cultural hoje conhecida como “cultura castreja”? O que conduz a uma segunda questão:

b) Onde se traçava essa fronteira? E levanta dois problemas interpretativos acessórios

c) Um, fenomenológico - visto que essa fronteira não é clara para o geógrafo de Amasia, sê-lo-ia para os habitantes locais?

d) Outro, histórico – porque é a fronteira da Lusitânia tão claramente definida em Plínio? A resposta a estas questões, se for possível de encontrar, resolverá o problema.

As dificuldades no achamento dessa solução, prendem-se, à partida, com a dificuldade de decidir se a confusão da Geografia provém do desconhecimento da realidade, de um seu conhecimento erróneo, ou se provém de uma clara percepção de uma situação, de facto, fluída. Ambas as situações podiam estar presentes, nos séc.s II e I a.C., em discussões sobre esta matéria.

Não se conhecem, por falta de conservação dos originais livianos, que se interrompem em 167 a.C., as eventuais discussões acerca do triunfo de Decimus Iunius Brutus “qui Callaicus apellantur” (nos *Fasti Triumphales*; Degrassi 1954, 70), mas sabe-se que a Marcus

Popillius Laenas, em 173 a.C., não foi votado um triunfo sobre os *Statellati* lígures, devido ao tratamento que o procônsul lhes infligiu (Pittenger 2008, 231-245 e, quanto à Península Ibérica, Públio Sulpício Galba foi processado por quebra da *fides* relativamente aos Lusitanos, em 152 a.C. (Apiano, *Iber.* 60; Goldsworthy 2009, 441).

Ora, a atitude de D. Iunius Brutus quanto aos habitantes de Talabriga, relatada por Apiano (*Iber.* 73), e que é explicitamente referida como surpreendente, pode referir-se, por contraste deliberado, a esta situação. É a gestão do capital simbólico do general romano no seio da aristocracia senatorial que gera, e gere, a surpresa, a ambiguidade; a imprecisão estraboniana pode, no limite, depender da imprecisão da extensão e importância da expedição juniana, tal como relatada pelo próprio (cf. Pittenger 2008, 104-105), sendo claro que por vezes vitórias de pouca expressão eram inflacionadas como forma de pressionar o Senado a conceder um triunfo.

Por outro lado, a visão helenístico-romana das características dos povos bárbaros, como dependente de condições geográficas e naturais (Isaac 2004, 60-83) pode ter condicionado a percepção do quadrante noroeste peninsular, como uma grande entidade, e a referência de Estrabão ao seu afastamento geográfico como causa do seu afastamento sócio-cultural (*Geog.* 3.3.8) pode ter sido entendida, generalizadamente, como sobrepondo-se a divisões políticas circunstanciais.

Do ponto de vista historiográfico, tem-se insistido bastante em Portugal numa perspectiva etno-arqueológica de identificar e localizar os *populi* pré-romanos através das referências literárias (Plínio, sobretudo) e da epigrafia (Tranoy 1981, 39-74; Alarcão 1990, 21-34; Silva 2007a, 389-397). Trata-se de uma área de conhecimento com muita bibliografia acumulada mas que, finalmente, parece oferecer menos do que o almejado. Para a matéria em apreço, e independentemente da dimensão e importância das entidades étnicas, tribais, gentilitárias ou suprafamiliares identificadas (Alarcão 2003, 14-76; id. 2018, 48-66), a sua pertença a *Callaici* ou *Lusitani* só pode ser suposta de acordo com a sua localização a Norte ou a Sul do Douro, de uma forma obviamente tautológica, dependente da fronteira pliniana colocada nesse rio. De facto, não existe, fora das listas plinianas, nenhuma evidência independente que estabeleça relações de pertença entre essas entidades reconhecidas “no terreno” e as referências aos étnicos maiores consagrados na historiografia. O presente texto voltará ainda a este problema, mas é necessário desde

já reforçar a grave dificuldade que parte da evidência apresenta, como acontece com a localização (ou a própria existência) dos Haberi/Hiberi algures entre Douro e Vouga.

A resolução dos problemas propostos tentará aqui passar pela abordagem das “fronteiras persistentes” (Anthony 2007, 104-106); em primeiro lugar, logicamente, pela verificação da sua efectiva existência (questão a) antes mencionada), e depois pela sua localização no espaço e no tempo (questões b) e d) mencionadas).

Para tal, nos limites possíveis de aprofundamento na ocasião e com a evidência disponível, abordar-se-ão três aspectos distintos: a arquitectura doméstica, a arquitectura pública e a afirmação da elite guerreira e as comunalidades linguísticas. Estes domínios não são perfeitamente equivalentes, nem em natureza, nem na evidência disponível nem em relevância societal, mas são aspectos, todos eles, relevantes à sua maneira própria e que permitem iluminar alguns dos ângulos relevantes para a questão fundamental proposta.

2 A ARQUITECTURA DOMÉSTICA CASTREJA OU A QUADRATURA DO CÍRCULO

A priori, a “casa castreja” - edifício civil de finalidade residencial, de planta circular, por vezes precedida por um vestíbulo algumas vezes dito ‘em caranguejo’, por analogia da sua planta com uma representação esquemática do crustáceo, integrada ou não num conjunto residencial, que pode ser de conformação bastante diversa - é o elemento definidor principal (o “fóssil-tipo”) da cultura castreja, tal como a ciência arqueológica a define desde Martins Sarmento e (por diversas circunstâncias histórico-académicas, nem todas igualmente bem fundadas no conhecimento produzido por sucessivas gerações de investigadores) que representa um elemento central no pensamento académico e nas reconstruções históricas desenhadas (nas “narrativas”) das sociedades sidéricas do Noroeste da Península Ibérica. É justo, portanto, iniciar por este elemento uma análise da problemática em causa.

A investigação arqueológica tem interpretado frequentemente a arquitectura doméstica de planta circular como um arcaísmo, algo destinado a ser substituído inelutavelmente pela arquitectura de planta rectangular evoluída, trazida às regiões do Noroeste pela presença civilizadora romana.

Esta perspectiva levanta toda uma panóplia de problemas de determinação cronológica, para que não há condições de análise pormenorizada nesta ocasião, mas que se podem resumir da forma seguinte.

O povoado de Neves-Corvo escavado por Maria e Manuel Maia (Maia e Maia 1986), apesar das deficiências das publicações originais, constitui um exemplo, a vários títulos paradigmático, da substituição a nível técnico e conceptual da arquitectura de plantas circulares pela arquitectura de planta rectangular e tem sido justamente valorizado.

A cronologia da sua substituição pode ser apontada algures no séc. VI.

Mais precisamente datado, o povoado de Outurela, terá assistido a essa substituição cerca dos finais do séc. VI ou inícios do V (Cardoso 1995, 62-64).

Mas, sobretudo, o caso da acrópole de Ratinhos (Berrocal-Rangel e Silva 2010, 244-258) é de especial atenção, por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, trata-se de uma zona urbanisticamente fundamental num povoado que desempenhava um papel central no povoamento da área, à época, não se tratando, ao contrário dos exemplos anteriores, de construções isoladas ou integradas em pontos menos centrais nas redes de povoamento. Em segundo lugar pela conjugação da precisão da datação, a sua antiguidade (séc. IX a.C.) e a natureza do edifício rectangular construído, que terá desempenhado funções culturais.

Mais para Norte, não dispomos de informação equivalente e outras questões técnicas se levantam. Santa Olaia é um povoado de plantas rectangulares construídas em terra, mas tratando-se de uma fundação *ex nihilo*, provavelmente correspondente a uma espécie de *apoikia* oriental, o seu papel de divulgador de uma nova moda arquitectónica pode ter sido importante, mas não é um claro exemplo de “introdução de um modelo forâneo”. É possível, mas não é certo, que essa introdução possa ser a explicação para alguns fenómenos verificados em Conimbriga, mas as observações de campo são insuficientes para determinar se as estratigrafias mais profundas localizadas junto ao fórum constituem, como sustenta A. M. Arruda (1989, 1997), vestígios de “cabanas” com a base aberta na rocha (caso em que as casas de pátio escavadas pela equipa luso-francesas corresponderiam a um fenómeno de substituição de modelo arquitectónico que teria ocorrido, pelo mais tarde, no séc. II a.C. [Arruda 1997, 22: data ICEN 422, cal. 2σ 400-123 a.C.]), ou se são apenas lixeiras de habitações, possivelmente já desde uma data antiga, de planta rectangular (cf. Correia 1993, 271-283).

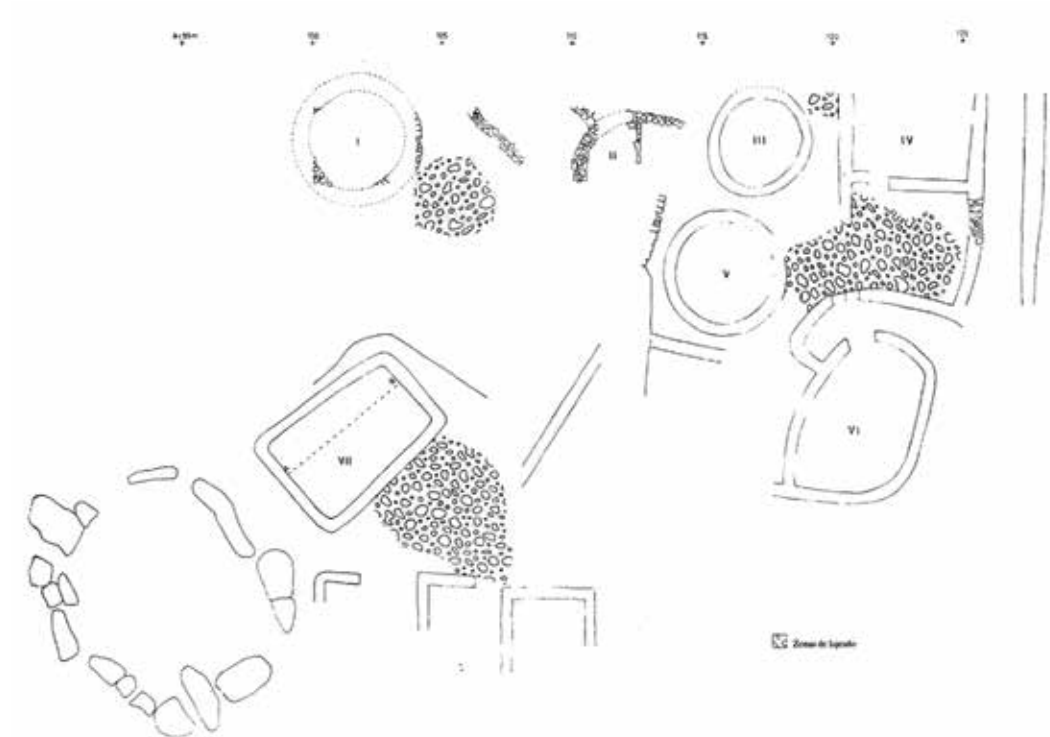


Fig. 1 - Estruturas habitacionais do Castro da Cárcoda (seg. João L. Inês Vaz [1987]).

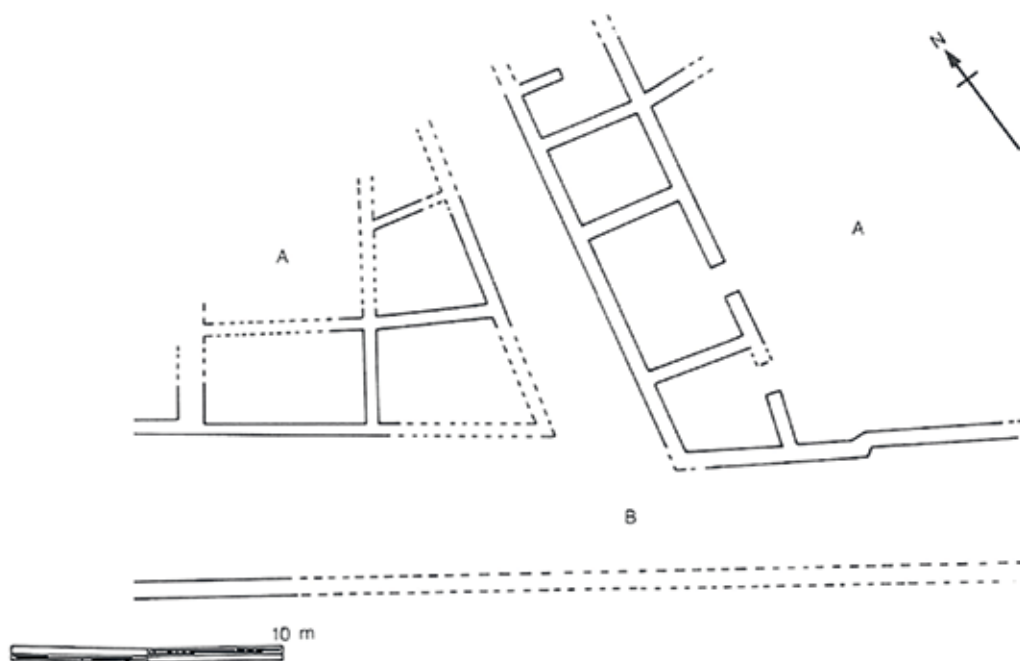


Fig. 2 - Casas pré-romanas de Conimbriga (seg. V. H. Correia [2017]).

No interior, o caso do Cabeço de São Romão, em Seia, mostra estruturas habitacionais adaptadas à configuração granítica da elevação, com dados interessantes, mas inconclusivos quanto a este aspecto (Guerra et al. 1989, 189-234), pois tanto existem estruturas de planta tendencialmente circular (CSR-A P6: op. laud., 204) como rectangular (CSR-C III P2: op. laud., 222), mas sem uma clara relação estratigráfica entre elas, por se situarem em sectores diferentes do povoado. A cerâmica é, quer numa quer noutra das áreas, integrável no complexo designado Baiões-Sta. Luzia (Martinez 1993, 93-124; id. 2000, 119-131) o que indicaria, a ter havido substituição de modelo arquitectónico, uma cronologia aproximada àquela em que o fenómeno ocorre no sudoeste peninsular.

Em qualquer caso, a data para essa substituição de modelo arquitectónico em Conimbriga não pode ser apontada com os dados disponíveis e, para além disso, pode perguntar-se se essa substituição, a ter existido, se deveria a um modelo “oriental” transmitido por Santa Oláia ou a um modelo “continental”, filiado, por exemplo, em Cortes de Navarra (Maluquer et al. 1990, 15-43), conhecida como é a presença de cerâmicas de tipo Cogotas na cidade (Correia 1993, 245-247). Esse “modelo continental”, fosse ele de natureza propriamente cultural, do domínio da concepção social da arquitectura de prestígio, ou mais estritamente técnico, ligado à disponibilidade e conhecimento da arquitectura de terra, em que a taipa se adapta melhor às plantas rectangulares, poderia explicar a preferência por essas plantas em zonas do interior, da mesma forma que o faz nas zonas costeiras.

Mas ainda, independentemente de todas estas alternativas, subsiste a utilização de plantas circulares em elementos residenciais complexos da chamada “cultura castreja”, edificadas em datas plenamente contemporâneas da integração romana, como no Monte Mozinho (Carvalho e Queiroga 2005, 128-132), e que mostram até um conhecimento integrado das fórmulas sociais romanas, como em Briteiros (*Coroneri Camali (filius) domus*: Silva 2007, 129 e 690). Cronologia e integração cultural ultrapassam de muito qualquer fenómeno de arrastamento de práticas tradicionais que se possa imaginar que tenha existido e a explicação só pode ser a de uma escolha intencional e deliberada de um modelo urbano e arquitectónico *sui generis*.

Comprovada a continuidade e intensidade de relações culturais do Noroeste com o Sul da Península, atestada pelos achados de ourivesaria (Correia 2005, 1221-1223), de

cerâmicas gregas (Arruda 1997, 81-83; actualizado parcialmente em id. 2007, 135-140) e de outras cerâmicas de origem púnica (Silva 2007a, 201-204), desde pelo menos o séc. VI a.C., que torna inverosímil a justificação desse arrastamento pelo “isolamento” do Noroeste, que nunca existiu, é forçoso concluir por dois aspectos complementares: i) que a escolha do modelo de habitações circulares é característico de uma “IIª Idade do Ferro” do Noroeste (Silva 1990, 297-341), centrada nos séc. s IV-III a.C. (Almeida 1983, 71), em que, como noutras zonas da Península, esse tipo de escolhas tem lugar no âmbito da afirmação étnica das comunidades sujeitas a fenómenos de intensificação dos contactos supra-regionais (Cunliffe 1997, 147-167); ii) que o abandono dessas escolhas é tardio, contemporâneo da presença romana e muito pouco sistematicamente implementado (Almeida 1983, 72-73).

No que diz respeito ao primeiro aspecto, pode ser possível sustentar uma similitude com os modelos insulares britânicos das casas circulares (Audouze e Buschenschütz 1989, 237-246) que são frequentemente edifícios de prestígio e controle da exploração económica dos territórios (sobre o modelo bi-modal de estruturação territorial: Correia 2001, 217-218). A interpretação sistémica da arquitectura doméstica tipicamente castreja (Almeida 1986, 161-163) seria, portanto, a da concentração proto-urbana e da “petrificação” de um modelo arquitectónico de prestígio (a casa circular). E insista-se em que esta escolha arquitectónica reiterada, em datas posteriores à integração romana, em locais como Romariz (Silva 2007a, 48-51), ou a Cárcoda (Vaz 1987, 83-86), desmente a definição da fronteira lusitana no Douro enquanto fronteira cultural.

3 A ARQUITECTURA PÚBLICA E AS EXPRESSÕES DE PRESTÍGIO COMUNITÁRIO

Um fenómeno do mesmo género parece ocorrer com um elemento significativo da arquitectura pública associada à cultura castreja: os balneários semi-enterrados (Silva 2007a, 66-75; id. 2007b, *passim*). Segundo algumas propostas estes têm uma presença de alguma forma significativa entre o Douro e o Vouga, ainda que as evidências sejam reconhecidamente escassas (Silva 1999, 410 e 421). Essa escassez, todavia, não ilude o facto essencial de que as práticas sociais associadas a esses monumentos, porventura mais importantes do que as tipologias arquitectónicas específicas – sendo que aquelas

primeiras podem ser satisfeitas por várias modalidades destas segundas e que isso poderia explicar a multiplicação de referências tipologicamente indistintas, como parece ser o caso- podem ter tido uma presença alargada nessa e noutras regiões.

Idêntica consideração se poderá fazer acerca de outro domínio do espaço público: os espaços rituais sobre monumentos naturais, por vezes associados a povoados, quando não mesmo integrados neles, que representam um importante indicador arqueológico, entre outras razões, pela forte coincidência da sua dispersão peninsular com outros elementos, como a linguística pré-romana ou a teonímia da mesma época (Almagro 2015, 329-410).

E, neste ponto, é muito significativo fazer um alerta acerca de que, quando a prospecção é suficientemente intensiva e eficazmente dirigida, os condicionalismos naturais às técnicas de construção (ou, neste caso, à existência de formações naturais de conformação adequada) parecem esbater-se, em favor de distribuições mais alargadas e variantes tipológicas adequadas a várias situações (Vilhena 2016, 85-86). Este campo é, portanto, tema em aberto a futuras investigações.

Esta apreciação conduz a referir um terceiro ponto, ainda no domínio da arquitectura pública, muito importante, que é o da poliorcética.

Na medida em que representa o principal investimento em edilícia levado a cabo pelas comunidades sidéricas, a construção de muralhas rodeando os povoados da Idade do Ferro, designadamente os chamados “castros” é, necessariamente, um elemento essencial de estudo e compreensão da evolução dessas comunidades. É aliás notório que o desenvolvimento da poliorcética, enquanto actividade edilitária especializada, levou ao aparecimento não só de uma engenharia específica (cujo elemento propriamente científico não é conhecido, mas que deve ter estado presente nalguns exemplos, para além dos meros conhecimentos e experiência empíricos) mas também de estilos de construção, delimitáveis regional ou cronologicamente.

Mas, para além de, e em contraste com esta situação, é também evidente que o empirismo ditou, na maioria das situações, uma forte dependência das condições de terreno, nomeadamente no que ao substrato rochoso diz respeito (Silva 2007, 27), criando uma fortíssima clivagem de tradições entre as zonas de base granítica, por um lado, e das de base xistosa ou calcária, por outro.

Por isso, na faixa granítica que se estende do Entre-Douro-e-Minho até à Serra

da Estrela é possível, senão a definição de uma verdadeira tipologia, pelo menos o isolamento do que poderá chamar de cinco respostas típicas a situações determinadas (op. laud. 33), que parecem também poder ser isoladas em contextos geográficos específicos como o caso da região de Viseu (Pedro 1996, 177-203). Contrastantemente, sabe-se menos das respostas típicas noutros contextos geomorfológicos, podendo todavia verificar-se a existência de uma tradição de muralhas em talude, que se estende de S. Jusenda (Höck e Coelho 1977, 203-208), no Nordeste transmontano, a Trás-de-Figueiró (Coutinho 1994, 113-115), nas serras calcárias do Ocidente, e do Cerro do Castelo de Seade (Batata 2006, 155 e 260), no vale do Zêzere, a Sul, a S. Julião (Silva et al. 2015, 72-78), na planície costeira do Entre-Douro-e-Vouga.

Da mesma forma, infelizmente apenas aproximativa, pode olhar-se para a dispersão geográfica de uma classe de objectos de prestígio: os torques e outras jóias masculinas de pescoço. De facto as quatro classes principais identificáveis mostram uma dispersão diferencial, regionalizada, que se pode comparar com outras distribuições de itens que constituem presenças regionais marcadas, como a de certos tipos cerâmicos (designadamente na costa galega), na presença/ausência de escultura de *principes* (sobretudo presente no Entre-Douro-e-Minho) ou de animais (mais ligados ao interior vetão).

As quatro classes que parecem constituir modelos diferenciados (para além de questões técnicas de execução que permitem subdividir mais a tipologia, nomeadamente como faz Armando Coelho F. Silva [2007, 333]) são:

- torques de terminal em dupla escócia (incluindo os tipos D2 e D3, op. laud.), notoriamente inexistente a sul do Douro.
- torques de terminal bolbiforme (incluindo os tipos D1 e D4, op. laud.), idem.
- lúnulas (op. laud., 337-338; Correia 2018, 91), de que o exemplo mais setentrional é o de Viseu, ausentes a norte do Douro.
- colares entrançados (op. laud., 336-337; Correia et al. 2013, 117-123), presentes a Norte e a Sul do Douro, mais comuns no interior (zona de Monsanto), mas não desconhecidos em zonas próximas do litoral (Chão de Lamas).



Fig. 3 - a) torques de terminal em dupla escócia de Paradela do Rio; b) torques de terminal bolbiforme, idem; c) lúnula de Viseu; d) colar entrançado de Soalheira do Barbanejo (Museu Nacional de Arqueologia: Inv nº Au 566, Au 569, Au 294 e Au 42, respectivamente. Fotos de José Pessoa ©DGPC/ADF)

O que é importante retirar deste panorama é que por toda a região têm lugar fenómenos de escolha deliberada de modelos de auto-representação, neste caso constituídos pela escolha de um determinado modelo de jóia. Esta afirmação baseia-se, obviamente no pressuposto de que as jóias podem, e muitas vezes realmente são, transaccionadas a larga distância: não estando dependente de zonas de produção/distribuição e por estilos que lhes sejam próprios e exclusivos, a distribuição dos tipos identificados poderia, em abstracto, ser completamente diferente; a distribuição regional diferencial liga-se portanto

à escolha dos atores, dos portadores das jóias, que estabelecem as suas esferas de interacção num determinado espectro geográfico, em competição ou contraste com um conjunto de outros atores que é diferentemente seleccionado por razões que não se conhecem (tal como não se conhecem as modalidades dessas afirmações de contraste ou dessas competições). Mas, como se trata dos elementos de maior prestígio associados aos *principes* de sociedades de guerreiros, pode razoavelmente supor-se que essas modalidades ultrapassavam a mera escolha das jóias e afectavam as relações entre grupos e comunidades. Nesse sentido, as distribuições regionais diferenciais destes elementos (claro que não só as jóias), representam vários contextos, diferenciados eles em termos de cronologia (no sentido fino do termo, não propriamente em termos de cronologia dos faseamentos arqueológicos) e das modalidades das afirmações de contraste ou de competição. Estes contextos são os mesmos em que se afirmam as auto-identificações étnicas das sociedades.

4 EXCURSO: A EXTENSÃO DO CONHECIMENTO ACTUAL SOBRE A IDADE DO FERRO NO CENTRO DE PORTUGAL

É inevitável, neste ponto, fazer uma avaliação daquilo que realmente se conhece da arqueologia sidérica entre o Douro e o Tejo, do Atlântico à raia seca e às planícies leonesas, castelhanas e extremenhas e tentar avaliar até que ponto as observações possíveis sobre as matérias em apreço correspondem a uma leitura adequada de um panorama consistente e homogéneo de conhecimento de terreno e de investigação dos dados existentes ou se, pelo contrário, a investigação está limitada a avaliações impressionísticas sobre aspectos particulares de achados avulsos, sítios identificados ocasionalmente e considerações gerais descontextualizadas.

Infelizmente, a situação parece inclinar-se mais para este último extremo do espectro, de grande desconhecimento da situação de terreno, pontuada aqui e ali por projectos de investigação que, com muito mérito, têm abordado campos muito significativos do conhecimento, mas num contexto que, como é sabido, há cerca de três décadas privilegia decisivamente a investigação arqueológica em contextos de minoração de impactos

de obras o que, em zonas deprimidas economicamente e, muitas delas, desertificadas, significa a inexistência de investigação corrente.

Excepções são constituídas por zonas como a de Viseu (Vaz 1987, 403-411; Pedro 1996, 177-204), a área costeira entre Douro e Vouga (Silva 1999, 403-429), vales de rios como o Côa (Perestrelo 2003, 98-127) ou o Zêzere (Batata 2006, 31-41) ou, em aspectos mais particulares, a zona do Ribatejo (Felix 2014, 203-250); algumas revisões de localizações geográficas específicas oferecem também dados relevantes, seja em função da orografia (Serra da Estrela: Saraiva 2013, 32-49), seja em função dos sistemas antigos de viação e comunicação (“Estrada Coimbrã”: Vilaça 2015, 39). Mas todas estas excepções somadas não permitem discutir com seriedade questões de padrões de povoamento, de tipologias de implantação ou de relações entre áreas geográficas já que, globalmente, a cultura material não tem sido privilegiada nos estudos.

É por isso inevitável, olhar para as realidades proto-históricas da região de que o presente texto se ocupa através do filtro dos dados de época romana, onde designadamente a epigrafia nos oferece alguma informação suplementar, apesar de todas as dificuldades inerentes e ao cuidado que é necessário ter com interpretações anacrónicas e historicamente enviesadas, provocadas pela própria intervenção romana na situação.

5 A INTERVENÇÃO ROMANA

No actual estado dos conhecimentos disponíveis, parece aceitável afirmar que a situação de definições regionais diferenciadas, muito provavelmente conscientemente assumidas, pelas sociedades que as corporizavam, como identificações étnicas auto-reconhecidas e afirmadas por competição e/ou contraste, pode apenas ser caracterizada sumariamente. Mas pode analisar-se a intervenção jurídico-política romana na região, que como antes se afirmou constitui um importante vector de análise dada a relativa riqueza de epigrafia, sobretudo quando confrontada com a escassez de dados de terreno de data mais antiga, e a sua ligação ao registo histórico, que é também significativo.

Pode portanto começar-se por analisar aquele aspecto inicialmente proposto: “Porque é a fronteira da Lusitânia tão claramente definida em Plínio?”.

A resposta possível é a de que assim acontece por se tratar de uma decisão racionalmente tomada no domínio geográfico (na óptica romana) e administrativo, apontada a ser claramente identificável no terreno e insusceptível de dúvidas ou segundas interpretações e que se terá sobreposto a quaisquer considerações mais gerais sobre a pertença a étnicos maiores das comunidades localmente afectadas.

E Estrabão (*Geog.* 3.4, 20) é aliás bastante explícito a este propósito quando, em contraste com as referências a esses étnicos maiores feito em capítulo anterior, menciona explicitamente que “no tempo presente” a Lusitânia, já definida com a fronteira no Douro e a capital em Emerita Augusta é governada por um legado (*legatus augusti*) de nível pretoriano e um seu legado, enquanto a Citerior é governada por um legado (*legatus augusti*) de nível consular assistido por três legados e dispondo de três legiões. Duas destas, sob o primeiro desses legados, estão estacionadas além-Douro (e Estrabão retoma a questão da designação desses povos referida em *Geog.* 3.3.2 e 3.3.4).

A transferência da Galécia para a Tarraconense datará de 16-13 a.C. (Tranoy 1981, 146-147) e terá constituído uma profunda reformulação da divisão provincial hispânica (suficientemente importante para ser recordada por Augusto nas *Res Gestae* (12.2; cf. Cooley 70-71 e esp. 220-221) pois, por pura lógica geográfica, o Noroeste sempre tinha dependido da Ulterior, incluindo até às Guerras Cântabras, concluídas em 19 a.C.

É este o contexto da definição do Douro como fronteira, decisão pragmática e expedita, que se pode reputar ignorante ou despreocupada de eventuais problemas locais ou imprecisões étnicas, aliás como aconteceu com a escolha do Reno como fronteira entre a Gália e a Germânia em época de César (Goldsworthy 2007, 306). A primeira, senão a única, preocupação seria de dar um limite preciso e inequívoco ao *imperium* (em época imperial, ao *mandatum*).

Esta distinção essencial estabelecida a partir de 16-13 a.C. vem a ter consequências muito importantes no devir histórico das regiões, com diferenças muito sensíveis no desenvolvimento urbano e da ocupação do território a norte e a sul do Douro.

A Galécia representa uma fracção longínqua (ainda que significativa, graças aos recursos auríferos e à presença legionária), de uma vasta província de nível consular que olha mais para o Mediterrâneo, a partir da capital e de outras importantes cidades, como Valentia, Carthago Nova ou Barcino, do que para o Noroeste, onde um contado número

de fundações urbanas (Bracara, Lucus e Asturica) deixam quase in *naturalibus* a maior parte do território (Dopico 2016, 85-93). Sem surpresa, as elites indígenas destes territórios concentram-se no desenvolvimento, em moldes tradicionais, da sua própria afirmação política e, retirada a conflitualidade implícita nessas formas tradicionais de competição pela presença romana, é num urbanismo de modelo *sui generis* (o castro; ou, aliás, segundo C. A. Ferreira de Almeida [1986, 163-164] o castro no seu “período áureo”) que essa competição se traduz, desde logo no aparato edilício, mas também no contingente demográfico captado e na concomitante capacidade económica.

Não assim na Lusitânia, onde a dimensão da província e uma capital provincial criada *ex novo*, suplantaram a realidade de um mosaico cultural indígena muito variado e desenvolveram uma verdadeira política de urbanização que, mesmo que tenha sido menos sistematicamente conseguida do que algumas restituições propõem, cobriu sistematicamente o território de cidades ao modo romano, com a consequente integração das sociedades locais e com um programa acessório, mas certamente indispensável, de regulação das relações entre elas, também ao modo romano.

Interessam para esta discussão quatro *termini augustales* conhecidos neste momento no quadrante Nordeste da região entre Douro e Tejo:

a) Ul, Oliveira de Azeméis (Almeida 1953, AE 1958, 10; ILER 6066; Hisp. Ep. 20060)

[*Imp(eratore) / Caes]are Augusto tribuni[cia pot(estate)] XXVII co(n)s(ule) XIII pater (sic) / [patr(iae) ter]minus Augustalis / ...*

Datável de 4-5 a.C. e pode ser atribuído à delimitação entre Talabriga e Langóbriga.

b) Balsemão, Lamego (CIL II 6199; Hisp. Ep. 22101).

[*Ti(berio)]Claudio Caesare A[ug(usto)] / Germ(anico) pont(ifice) max(imo) trib[un(icia)] / potest(ate) II imp(eratore) II p(atre) p(atriciae) co(n)s(ule)] / III Term(inus) Aug(ustalis) // [inter/ ...] // [inter/ ...]*

Datável de 43 d.C.. O terminus seguinte, mencionando especificamente Coilarni e Arabrigenses, esclarece a sua inserção político-geográfica.

c) Goujoim, Armamar (Vaz 1979; AE 1979, 331; Hisp. Ep. 20366):

[*Ti(berio) Claudio Cae[sa]re Aug(usto) Ge[r(manico) / p]ont(ifici) max(imo) tr[i/b]u(nicia) potestate II imp(eratore) / II p(atri) p(atriciae) co(n)s(uli) III ter(mi(nus) Aug(ustalis) // Inte[r]/ Coila[r(nos?)] // [I]nter/ Arabr(igenses).*

Com uma datação originalmente proposta de Nerva ou Trajano, a data deve todavia coincidir com o anterior (43. d.C.).

d) Guardão, Tondela (Alföldy 1969, 134; AE 1954, 88; Hisp. Ep. 16765):

Imp(erator) Caesar div[i f(ilius) Augustus co(n)s(ule)] / XIII trib(unicia) potest[ate ... terminum] / august(alem) inter [... / ... ie(n)ses Q(uinto) Artic(u)le[io Regulo leg(ato) Aug(usti) ...] / causa cognit[a ...]

Datável de 2-14 d.C., mostra o formulário mais explícito e mais sugestivo das realidades administrativas em jogo nesta matéria.

Resumidamente, estes exercícios de demarcação territorial entre circunscrições administrativas sugerem, em primeiro lugar, a imperfeição do modelo original aplicado (ou a colocação desses *termini* não seria necessária). Sugerem ainda, em segundo lugar, a dificuldade do acerto, medido pela espessura temporal que documentam, pelo menos de Augusto a Cláudio. E, mais do que sugerir, documentam a importância atribuída pela administração romana à solução de problemas de profundas raízes históricas e impacto público dilatado (*causa cognita*).

Neste contexto, dispõe-se ainda da mesma zona de algumas informações quanto à auto-identificação das comunidades locais, no contexto romano e expressa ao modo romano:

- Podem considerar-se em primeiro lugar as auto-identificações coincidentes com a identificação romana, como é o caso dos *Turduli Veteres* de Monte Murado, que faz eco de Pompónio Mela e de Plínio (Nat. Hist. IV, 112-113; cf. Silva 1983, 13). Pode perguntar-se se dessa coincidência de identificação faria também parte a comunhão da história passada (Fentress e Wickham 1994, 59-70), nomeadamente da sua origem meridional e da expedição militar conjunta levada a cabo com os célticos da região do Guadiana, verosimilmente da Betúria (Berrocal-Rangel 1998, 25), que nos é transmitida por Estrabão (*Geog.* 3.3.5), ou se foi apenas uma expressão convencional, feita por deferência no âmbito do pacto de hospitalidade.

A segunda hipótese parece, todavia, pouco provável, entre outras razões porque existem testemunhos muito claros de auto-identificações divergentes da identificação romana, dos quais a ara de Viseu, dedicada em língua indígena aos deuses de Vissaium (Fernandes et al. 2008, 185-189), é porventura o melhor exemplo. Vissaium, topónimo indígena com

expressão geográfica suficientemente marcante para estar ainda na origem da moderna designação de Viseu, não foi, no entanto, recenseada nas fontes clássicas, chegando essa ausência a constituir um problema de historiografia toponomástica (Vaz 1997, 347-348).

Esta questão, dir-se-ia técnica, da recensão das realidades locais nas fontes clássicas, que são todas de um nível bastante geral e abrangente e, por isso, pouco pormenorizadas, ganha particular acuidade quanto às auto-identificações de grau organizativo diferente da identificação romana mais vulgar, que se estabelece ao nível da civitas. É especialmente importante neste ponto considerar uma inscrição de Conimbriga (Etienne et al. 1976, 30-32, nº 11) dedicada aos *Lares dos Lubanci*, sub-unidade gentilitária de uma entidade designada *dovilonicorum horum* (“os Dovilónicos deste sítio”). Os Dovilónicos “daqui” pressupõem a existência dos outros Dovilónicos, “de lá”, o que abre uma gama de possibilidades interpretativas: trata-se de uma entidade de grau organizativo (e contingente demográfico) inferior, que é apenas parcialmente transferida para Conimbriga no âmbito da *contributio* que parece ter acontecido na cidade (Bendala 2004, 26-27; Correia 2013, 191-192); ou trata-se de uma entidade maior, um *populus* cuja existência não foi recenseada nas fontes clássicas e que continua a ser significativo para a consciência pública dos habitantes de Conimbriga depois da organização opidana promovida pelos romanos (Etienne et al., op. laud.)?

Nesta segunda hipótese, as relações topónimo/etnónimo, sobreviveriam nas recensões clássicas de forma exactamente inversa nos casos de Vissaium/Interamnienses e Conimbriga/Dovilónicos e, em qualquer caso, pode retirar-se a sugestão forte de que a combinação das fontes e da epigrafia romanas padecem de uma deficiência essencial na explicação dos fenómenos proto-históricos, que se prende não só com a sua cronologia mas com a sua própria natureza. Esta limitação é frequentemente olvidada na historiografia moderna.

A solução passa por abandonar as tentativas de integrar (num sentido próximo do sentido matemático do termo) o panorama proto-histórico a partir do panorama romano. Nalgum nível de análise pode aceitar-se a leitura do mapa étnico-político de época romana como um palimpsesto, mas importará desenhar os projectos de investigação com vistas mais largas e menos preconceitos do que tem acontecido até aqui.

6 CONCLUSÕES

Parece, portanto, possível apresentar propostas de resposta às questões com que se abriu este texto, não pela ordem em que elas foram apresentadas, mas de maneira a chegar a um patamar seguro de avaliação das realidades envolvidas.

Segundo a argumentação exposta, pode tomar-se como seguro que a clara delimitação geográfica da Lusitânia com fronteira no Douro é uma realidade exclusivamente romana, posterior a 16-13 a.C., ditada pela necessidade de dar ao *mandatum* dos *legati* uma linha de demarcação inequívoca. Tomada sem discussão por Plínio (que termina a sua obra pelo ano de 77 d.C.) o carácter político da decisão é ainda muito presente para Estrabão (escrevendo cerca de 10-20 d.C.). Isto abona em favor do rápido impacto da decisão, que oblitera a situação anterior em meio século e, com efeito, verifica-se que as consequências da decisão, no que às práticas políticas provinciais diz respeito e nas consequências destas práticas do domínio da integração cultural das populações, designadamente na sua urbanização, foram excepcionalmente potentes.

Resolvido o problema histórico, podem aventurar-se respostas do domínio fenomenológico.

A consciência de Estrabão da fluidez conceptual de *Lusitani* e *Callaici* pode significar uma de duas coisas: ou essa fluidez era partilhada pelos próprios ou era por eles ignorada. Toda a evidência (e ela existe, pelo que não é um argumento *ex silentio*) concorre em que as definições étnicas, a pertença a grupos gentilitários ou suprafamiliares, a ligação ao *origo*, eram importantes para estas populações e, no entanto, nenhuma menção existe a esse nível a nenhum desses povos. A única conclusão possível é, portanto, que essa “etnicidade” era ignorada pelos seus supostos partícipes, afirmando-se a outros níveis de formação social (Jones 1997, 92-100).

O traçado da fronteira meridional da *Calaecia* e setentrional da *Lusitania* no período pré-romano é, desta forma, uma falsa questão, como tal irrespondível, um traçado impossível por corresponder a uma realidade inexistente.

Aborde-se-então a *crux* do problema.

A cultura castreja é um constructo intelectual, fruto da ciência arqueológica do final de oitocentos e primeira metade de novecentos que, por razões diversas, que extravasam das

possibilidades deste texto, ganhou e manteve foros académicos incontestáveis e, nessa medida, se afirmou como objecto incontornável da investigação da proto-história peninsular.

Não se pretende afirmar algum carácter fictício desse constructo, como certo hipercriticismo relativista associado ao pensamento crítico contemporâneo estaria certamente tentado a fazer, mas sim, a partir de uma posição de indagação rigorosa, verificar em que pontos esse vasto projecto de investigação (Lakatos 1998, 11-20; 1999, 54-103) que vem de Francisco Martins Sarmiento aos participantes do Colóquio na Vila da Feira em 2018, produziu e isolou teorias que, com mais dados ou com os mesmos, lidos de outra forma, se podem considerar falsas (Popper 1999, 41-44).

Nesta perspectiva, é de suma importância a proposta nuclear de C. A. F. Almeida (1986, 161) de que o *floruit* – ou, dito de outra forma, a fase típica – da cultura castreja é de época romana e representa a forma local de integração no mundo imperial romano, contando com partes complementares de resistência e de assimilação (Wallace-Hadrill 2008, 3-37; Correia 2017, 39-42). Tentou-se aqui aduzir alguns dados históricos para a compreensão deste fenómeno.

Mas é necessário ressaltar concluindo que, para além dos fenómenos típicos da arquitectura doméstica, de alguma arquitectura pública e de certos elementos de prestígio, que sumariamente se abordaram, em época pré-romana, as “fronteiras persistentes” (Anthony 2007, 104-106) do Noroeste não coincidem com a cultura castreja: a língua dita lusitana (Tovar 1985, 227-254; revisão mais recente em Prósper e Villar 2009, 1-32), o panteão do Noroeste (com Banda, Reva, Cosus e alguns outros; Encarnação 1975, 119-142, 263-267, 160-171; Vallejo 2013, 273-291) e alguns fenómenos associáveis (Almagro 2015, 329-410; Alfayé 2009, *passim*; Wodtko 2010, 335-368), ultrapassam-na de largo.

REFERÊNCIAS

FONTES. EDIÇÕES UTILIZADAS:

Estrabão, *Geog.*: Jones, H. L., 1988: *The geography of Strabo* (Loeb Classical Library).

Apiano, *Iber.*: Richardson, J. S., 2000: *Appian. Wars of the Romans in Iberia* (Warminster, Aris & Philips).

Plínio, *Nat. Hist.*: Guerra, A. 1995: *Plínio-o-Velho e a Lusitânia* (Lisboa, Colibri).

FONTES EPIGRÁFICAS. ABREVIATURAS:

CIL: Corpus Inscriptionum Latinarum

ILER: Inscripciones Latinas de la Hispania Romana

AE: L'Année Epigraphique

Hisp. Ep.: Hispania Epigraphica Online Database (Departamento de Historia I y Filosofia, Universidad de Alcalá de Henares: http://eda-bea.es/pub/search_select.php , cons. 19/2/2019)

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, Jorge (1990). Identificação das cidades da Lusitânia. In *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et territoires* Paris: CNRS (Collection de la Maison des Pays Ibériques 42), 21-34.
- Alarcão, Jorge (2003). A organização social dos povos do Noroeste e Norte da Península Ibérica nas épocas pré-romana e romana. *Conimbriga* 42, 5-115.
- Alarcão, Jorge (2018). *A Lusitânia e a Galécia do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.* Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Alfayé Villa, Silvia (2009) *Santuarios y rituales en la Hispania Celtica*. Oxford: Archaeopress (BAR-IS 1963).
- Almagro Gorbea, Martin (2015). Sacra saxa. 'Peñas Sacras' propiciatórias y de adivinacion de la Hispania Celtica. *Estudios Arqueológicos de Oeiras* 22, 329-410.
- Almagro Gorbea, Martin (2018). De la historia a la paleoetnologia de los Lusitanos. *Estudios Arqueológicos de Oeiras* 24, 437-470.
- Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1983). Cultura castreja. Evolução e problemática. *Arqueologia* 8, 70-74.
- Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1986). Arte castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência à romanidade. *Arqueologia* 13, 161-172.
- Anthony, David W. (2007). *The horse, the wheel and language*. Princeton, NJ: Un. Press.
- Arruda, Ana Margarida (1997). *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.
- Arruda, Ana Margarida (2007). Cerâmicas gregas encontradas em Portugal. In Pereira, Maria Helena Rocha (coord.) *Vasos gregos em Portugal. Aquém das Colunas de Hércules*. Lisboa: MNA (cat. exp.), 135-140.
- Audouze, Françoise e Buchsenschutz, Olivier (1989). *Villes, villages et campagnes de l'Europe celtique*. Paris: Hachette.
- Batata, Carlos António Moutoso (2006). *Idade do Ferro e romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza*. Lisboa: IPA (Trabalhos de Arqueologia 56).
- Bendala Galán, Manuel (2004). Conimbriga en la transformacion urbana de la Hispania protohistorica a la romana. In Correia, Virgílio Hipólito (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga*. Lisboa: Ed. Âncora/LAC, 13-33.
- Berrocal-Rangel, Luís e Silva, António Carlos (2010). O Castro dos Ratinhos (*Barragem do Alqueva, Moura*). Lisboa: MNA (*O Arqueólogo Português* - Suplemento 6).
- Berrocal-Rangel, Luís (1998). *La Baeturia. Un territorio prerromano en la Baja Extremadura*. Badajoz: Dip. Provincial.
- Cardoso, João Luís (1995). O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga* 34, 33-74.
- Cardoso, Teresa Pires de e Queiroga, Francisco (2005). O castro do Mozinho: últimos trabalhos realizados. In *Castro, um lugar para habitar. Colóquio*. Penafiel: Museu Municipal (Cadernos do Museu 11), 212-254.
- Cooley, Allison E. (2009). *Res Gestae Divi Augusti*. Cambridge: Un. Press.
- Correia, Virgílio Hipólito (2001). O povoamento do noroeste no 1º milénio a.C.. In Berrocal-Rangel, Luís e Gardes, Philippe (eds.) *Entre Celtas y Íberos. Las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania*. Madrid: Real Academia de la Historia/Casa de Velazquez (BAH 8), 213-226.

Correia, Virgílio Hipólito (2005). A presença orientalizante a norte do Tejo e a ourivesaria arcaica do território português. In Celestino Pérez, Sebastian e Jiménez Ávila, Javier (eds.) *El período orientalizante*. Mérida: IAM/CSIC (Anejos de AEspA XXV), vol. 2, 1215-1224.

Correia, Virgílio Hipólito (2013). *A arquitectura doméstica de Conimbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana*. Coimbra, Inst. Arqueologia (Anexos de Conimbriga 6).

Correia, Virgílio Hipólito (2017). *A arquitectura do ocidente da Lusitânia romana: entre o público e o privado*. Lisboa: Academia das Ciências.

Correia, Virgílio Hipólito (2018). A expressão artística do mito das “cabeças cortadas” no ocidente da Península Ibérica durante a Idade do Ferro. In Cardoso, João Luís e Sales, José das Candeias (eds.) *In Memoriam. Estudos de homenagem a António Augusto Tavares*. Lisboa: Un. Aberta, 97-108.

Correia, Virgílio Hipólito; Silva, Armando Coelho F. e Parreira, Rui (2013). *Ourivesaria arcaica em Portugal*. Lisboa: CTT.

Coutinho, José Eduardo Reis (1994). Monte Figueiró. In *Idade do Ferro*. Figueira da Foz: Câmara Municipal (cat. exp.), 113-115.

Cunliffe, Barry (1997). *The ancient Celts*. Oxford: Un. Press.

Degrassi, Attilio (1954). *Fasti capitolini*. Turim: G. B. Paravia (Corpus scriptorum latinorum paravianum).

Dopico Cainzos, Maria Dolores (2016). El proceso de urbanización del noroeste dentro de la política augustea. In Morais, Rui; Bandeira, Miguel e Sousa, Maria José (eds.) *Celebração do Bimilenário de Augusto. Ad nationes. Ethnous Kallaikon*. Braga: Câmara Municipal, 84-95

Etienne, Robert; Fabre, Georges e Lévêque, Pierre e Monique (1976). *Fouilles de Conimbriga, II. Epigraphie et sculpture*. Paris: De Boccard.

Felix, Paulo (2014). Para uma aproximação às dinâmicas de transformação das sociedades da Idade do Bronze entre o Zêzere e o Atlântico (dos inícios do II aos inícios do I milénio a.n.e.). In Lopes, Susana Soares (coord.) *A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas*. Tomar: Centro de Pré-história IPT (Antrope-série monográfica 1), 203-250.

Fentress, James e Wickham, Chris (1994). *Memória social*. Lisboa: Ed. Teorema.

Fernandes, Luís, S.; Carvalho, Pedro Sobral e Figueira, Nádia (2008). Uma nova ara votiva de Viseu (Beira Alta, Portugal). *Sylloge epigraphica barcinonensis* 6, 185-189.

Goldsworthy, Adrian (2007). *Generais romanos*. Lisboa: Esfera dos livros.

Goldsworthy, Adrian (2009). *A queda de Cartago. As guerras púnicas, 165-146 a.C.* Lisboa: Ed. 70.

Guerra, Amílcar; Fábão, Carlos e Senna Martínez, J. C. (1989). O Cabeço do Crasto de São Romão, Seia. Alguns resultados preliminares das campanhas 1(1985) a 3 (1987). In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil, 189-234.

Isaac, Benjamin (2004). *The invention of racism in classical antiquity*. Princeton, NJ: Un. Press.

Jones, Siân (1997). *The archaeology of ethnicity*. Londres, Routledge.

Lakatos, Imre (1998). *História da ciência e suas reconstruções racionais*. Lisboa: Edições 70.

Lakatos, Imre (1999). *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*. Lisboa, Edições 70.

Maia, Maria e Maia, Manuel (1986). *Arqueologia na área mineira de neves-Corvo. Trabalhos realizados no triénio 1982-1984*. Lisboa: SOMINCOR.

- Maluquer de Motes, Juan; Gracia Alonso, Francisco e Munilla Cabrillana, Gloria (1990). *Alto de la Cruz, Cortes de Navarra. Campañas 1986-1988*. Pamplona: Inst. Príncipe de Viana (Trabajos de Arqueologia de Navarra 9).
- Pedro, Ivone (1996). Estruturas defensivas e habitacionais de alguns povoados fortificados da região de Viseu. *Máthesis* 5, 177-204.
- Perestrelo, Manuel Sabino G. (2003). *A romanização na bacia do Côa*. Vª Nª Foz Côa: PAVC.
- Pittenger, Miriam R. Pelikan (2008). *Contested triumphs. Politics, pageantry and performance in Livy's republican Rome*. Berkeley: California Un. Press.
- Popper, Karl (1999). *A lógica da pesquisa científica* (9ª edição). São Paulo: Ed. Cultrix.
- Prósper, Blanca M. e Villar, Francisco (2009). Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre. *Emerita* 77, 1-32.
- Saraiva, Rita Rodrigues (2013). Povoamento proto-histórico e romano no território dos atuais concelhos de Seia e Gouveia – Distrito da Guarda (diss. mestrado). Porto: FLUP.
- Senna-Martinez, João Carlos (1993). O Grupo Baiões/Santa Luzia: contribuição para uma tipologia da olaria. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, 93-124
- Senna-Martinez, João Carlos (2000). O “Grupo Baiões/Santa Luzia” no quadro do Bronze Final do Centro de Portugal. In Senna-Martinez, João Carlos e Pedro, Ivone (coords.) *Por terras de Viriato*. Viseu/Lisboa: Gov. Civil/MNA (cat. exp.), 119-131.
- Silva, António Manuel S. P. (1999). Aspectos territoriais da ocupação castreja na Região do Entre Douro e Vouga. In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*. Guimarães: SMS (Revista de Guimarães nº esp.), vol 1, 403-429.
- Silva, António Manuel S. P.; Pereira, Gabriel, R.; Lemos, Paulo A. P. e Silva, Sara Almeida (2015). Escavações arqueológicas em São Julião da Branca (Albergaria-a-Velha). Campanhas de 2014-2015. *Albergue – História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha* 2, 59-91.
- Silva, Armando Coelho F. (1983). As tesserae hospitales do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado, Pedroso, V. N. Gaia. *Gaya* 1, 9-26.
- Silva, Armando Coelho F. (1990). A Segunda Idade do Ferro. In Alarcão, Jorge de (coord.) *Portugal. Das origens à romanização*. Lisboa: Ed. Presença (Serrão, Joel e Marques, A. H. Oliveira [dir.] *Nova História de Portugal*, vol. 1), 289-343.
- Silva, Armando Coelho F. (2007a). *A cultura castreja do noroeste de Portugal* (2ª edição). Paços de Ferreira: Cam. Mun.
- Silva, Armando Coelho F. (2007b). *Pedra formosa*. Lisboa: MNA/C. M. Vª Nª Famalicão (cat. exp.).
- Tovar, Antonio (1985). La inscripción de Cabezo das Fráguas y la lengua de los lusitanos. In Hoz, Javier de (ed.) *Actas del III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispanicas*. Salamanca: Ed. Universidad, 227-254.
- Tranoy, Alain (1981). *La Galice romaine*. Paris: De Boccard (Pub. C. Pierre Paris, 7).
- Vallejo, José Maria (2013). Hacia una definicion del lusitano. *Paleohispanica* 13, 271-291.
- Vaz, João L. I. (1987). *A civitas de Viseu. Espaço e sociedade*. Coimbra: CCDRC.
- Vilaça, Raquel (2015). Dados e reflexões sobre a arqueologia pré-romana da região de Penela. In Neto, Margarida Sobral (coord.) *Penela. Um percurso pelo tempo*. Penela: Câmara Municipal, 21-50.

Vilhena, Jorge (2016). Acupunctura em Odemira: dois séculos de arqueologia. In Prista, Pedro (coord.) *Atas do Colóquio Ignorância e Esquecimento*. Odemira: Município, 53-124.

Wallace-Hadrill, Andrew (2008). *Rome's cultural revolution*. Cambridge: Un. Press.

Wodtko, Dagmar (2010). The problem of Lusitanian. In Cunliffe, Barry e Koch, John T. (eds.) *Celtic from the West*. Oxford: Oxbow Books, 335-368.

